

ERRICO MALATESTA E O FASCISMO

NILDO AVELINO*

RESUMO

O artigo aborda a análise do anarquista italiano Errico Malatesta sobre o fascismo explorando os aspectos que a distingue de outras análises sobre o tema. Enfatiza a dimensão ético-política da crítica malatestiana ao fascismo aproximando-a de uma interpretação analítica e da proposição de uma micropolítica: Malatesta estabeleceu como problema da sua crítica os microfascismos em vez do Grande Fascismo. Esse aspecto lhe possibilitou rejeitar a estratégia liberal de conferir positividade ao Estado de direito que constituiu, desde o pós-guerra até nossos dias, a origem histórica da vontade de governo como solo da democracia

PALAVRAS-CHAVE: Errico Malatesta, anarquismo, fascismo, Estado.

ABSTRACT

The paper approaches the analysis of the Italian anarchist Errico Malatesta over fascism exploring the aspects that distinguish it from other analyzes on the topic. Emphasizes the ethical-political dimension of Malatestian's critical to fascism relating it to an analytical interpretation and to a micropolitical proposition: Malatesta established as your critical problem the microfascisms instead of the Great Fascism. This aspect enabled him to reject the liberal strategy of giving positiveness at the rule of law that was, from the postwar period to the present day, the historical origin of the will of the government as the soil of democracy

KEYWORDS: Errico Malatesta, anarchism, fascism, state.

Conforme observaram Mann¹ e Paxton,² uma abordagem do fascismo deve levar em conta seu duplo aspecto: percebê-lo como movimento social e, ao mesmo tempo, como regime político. Como movimento social, o fascismo resultou, entre outros fatores, da forte cultura subversiva que atravessou os mais diversos ambientes da Itália no pós-guerra, produto de várias décadas de agitações revolucionárias de anarquistas, socialistas e sindicalistas. O evento que ficou conhecido como *Settimana Rossa*, foi o último grande acontecimento antes da guerra que sacudiu a Itália, e em relação ao qual foram decisivas a atividade de Errico Malatesta e a intensa propaganda realizada por seu jornal *Volontà*, publicado em Ancona.

Pouco antes da guerra, em maio de 1914, os anarcossindicalistas da USI (Unione Sindacale Italiana), juntamente com as demais forças revolucionárias da Itália, decidem propor uma jornada nacional contra o militarismo que ganhava cada vez maiores proporções em razão da guerra com Líbia.³ A data escolhida foi o primeiro domingo de junho, dia das comemorações do *Statuto Albertino*, ocasião em que se davam paradas militares organizadas pelo Estado. A intenção dos anarquistas, lembra Malatesta, era obrigar o governo “a manter as tropas nos bairros ou mantê-las ocupadas em serviços de segurança pública”, impedindo assim a realização das demonstrações militares.

A ideia, abraçada pelo periódico *Volontà* que publicávamos em Ancona, foi sustentada e propagada com fervor e, quando chegou o primeiro domingo de junho, realizada em muitas cidades. As paradas não foram feitas: a manifestação teve êxito e nós não teríamos impulsionado a situação mais além.(...) Mas, a estupidez e a brutalidade da polícia deram outra disposição.(...) Em um conflito, a polícia abre fogo matando três jovens. Imediatamente os bondes cessam de circular, todo comércio fechou e a greve geral foi executada sem a necessidade de deliberá-la e proclamá-la. Ao amanhecer, e nos dias seguintes, Ancona encontrava-se em estado potencial de insurreição.⁴

Em todo caso, a *Settimana Rossa* não obteve maiores êxitos, sobretudo, em virtude da recusa de socialistas e republicanos de radicalizar o movimento; mas serviu para tornar evidente a força de um espírito revolucionário que atravessava inteiramente a Itália. Após o episódio Malatesta é forçado a exilar-se pela última vez em Londres, permanecendo até dezembro de 1919. Nesse ano, depois de várias tentativas de retorno, desembarcará em Taranto. O desembarque de Malatesta na Itália teria sido como qualquer outro, não fosse a extraordinária atmosfera subversiva que os acontecimentos da Primeira Guerra contribuíram para difundir por todo país. Segundo De Ambris, na primavera de 1919 a situação política italiana era nitidamente revolucionária.

A guerra tinha deixado em todas as classes sociais graves exaltações e não apenas os proletários das fábricas e dos campos pareciam tomados de um verdadeiro furor de rebelião, mas também no exército – tornado recentemente do fronte – desenhavam-se fortes traços revolucionários. (...) Para a maioria, a trincheira tinha sido escola de subversão.⁵

Segundo os estudiosos do fascismo, esse ambiente foi o que propiciou em grande medida o desenvolvimento de um tipo de “nacionalismo agressivo que apelava para as paixões violentas dos oprimidos”⁶ responsável por formar a “força animadora” e o elemento essencial que a guerra conferiu tanto ao fascismo quanto ao nazismo: tanto na Itália quanto na Alemanha, “a gênese do fascismo reside na desilusão de ex-combatentes e no frenesi de ação difundido entre a juventude ausente na ocasião oferecida pela guerra”.⁷

Assim, ao chegar de seu último exílio londrino Malatesta reencontra o clima de *soversivismo* da *Settimana Rossa* intensificado pela guerra recém-acabada e, sob esse clima, se instalará em Milão para dirigir o jornal *Umanità Nova* a partir de 1920. Paolo Finzi descreveu como seu

retorno foi clamorosamente recebido sob um “indescritível delírio de aplausos e de entusiasmos” prestados em todas as manifestações populares organizadas para saudá-lo. Terminado um comício no dia 27 de dezembro de 1919, “com muito esforço, e não sem perigos, os membros do Comitê conseguiram colocar Malatesta em um automóvel, subtraindo-o ao entusiasmo da multidão”.⁸ No dia seguinte, após desembarcar em Turim, todo o átrio da estação de Porta Nova estava tomado pela multidão. “Sobre milhares de cabeças agitavam-se as bandeiras vermelhas e negras do proletariado revolucionário turinês. No entorno grupos de jovens aguardavam entoando estrofes de hinos subversivos que ecoavam até o interior da estação”. Ao chegar, Malatesta foi “literalmente agarrado pela multidão em direção à saída e com muita dificuldade conseguiu entrar em um automóvel”.⁹ De acordo com Finzi, foi uma época na qual Malatesta, aos 67 anos, tornara-se uma figura quase mítica: ele era “o homem da Primeira Internacional, o eterno exilado e por toda parte perseguido, o herói da *Settimana Rossa*”.¹⁰

Essas manifestações também traduziam, em certa medida, a disposição de vastos setores do movimento operário para a atividade subversiva. Em Modena, os operários abandonaram as fábricas ao correr a notícia da chegada de Malatesta. Trinta e cinco mil pessoas o ouviram discursar na praça central da cidade. Em Ímola cerca de duas mil pessoas se espremeram para ouvi-lo no teatro municipal; em Rimini mil pessoas correram para recebê-lo. Quando finalmente chega em Cesena, o cronista do jornal *Sorgiamo!* escreve que Malatesta era

(...)saudado freneticamente pelos companheiros, pelos amigos e pelos... adversários: pelos companheiros que estarão com ele no dia da luta, pelos amigos que o estimam e se deixam impulsionar, pelos adversários que o temem e que buscam maldizer, nessa obra cinza para as consciências inquietas, a sua e a nossa benevolência.¹¹

Max Nettlau, escrevendo sobre o “glorioso” retorno de Malatesta à Itália, afirmou que a multidão acreditava ver nele:

(...) um chefe, um salvador, um libertador e estou mesmo autorizado a dizer que se fundiu nele a velha lenda de Garibaldi e a nova lenda de Lênin, e muitas pessoas do povo viram em Malatesta o Garibaldi socialista ou o Lênin italiano. Esse mal entendido fruto da veneração autoritária foi trágico. Malatesta estava disposto a qualquer sacrifício, porém não queria conquistar o poder; esteve ao seu alcance a ditadura, mas a rechaçou. O povo, por sua vez, esperava um sinal e uma ordem que não vieram e que não poderiam vir de Malatesta; o povo não soube mais que modular alguns gritos de alegria e depois voltar novamente para casa.¹²

O próprio Malatesta, prevendo os perigos que resultavam de toda essa exaltação popular em torno de sua pessoa, procurou impedir seu prosseguimento, escrevendo para o jornal *Volontà*, em janeiro de 1920, um artigo intitulado “Obrigado, mas chega!” no qual dizia:

Durante a agitação para meu retorno e durante os primeiros dias da minha presença na Itália, foram ditas e feitas coisas que ofendem a minha modéstia e o meu senso de medida. Recordem-se os companheiros que a hipérbole é uma figura retórica da qual não é preciso abusar. Recordem-se, sobretudo, que exaltar um homem é coisa politicamente perigosa e é moralmente maléfico para o exaltado e para os exaltadores.¹³

A preocupação de Malatesta com sua recepção *ducesca*¹⁴ não era infundada. Segundo Levy, enquanto se dava a desenfreada exaltação popular em torno de Malatesta, ocorria ao mesmo tempo uma estranha negociação levada a cabo pelo Capitão Giulietti, responsável por seu retorno a Itália.¹⁵ Giulietti buscou articular a popularidade do anarquista com a popularidade igualmente forte do líder dos legionários do Fiume, cidade alto-adriática italiana, Gabrielle D’Annunzio, com o propósito de realizar uma manifestação política que teria a forma de uma marcha sobre Roma;¹⁶ manifestação que, como se sabe, foi mais tarde o meio pelo qual o fascismo conquistou o poder com Mussolini. Malatesta, como era de se esperar, recusa o projeto dizendo-se grato a Giulietti,

“sem que isso possa ter algum significado político”.¹⁷ Foi deste modo que em, 1922, quando já havia terminado o “momento carismático” de Malatesta e de D’Annunzio, Mussolini, fixando no tempo a autoimagem “do ‘novo homem’, a personificação da cultura da ‘personalidade forte’, rapidamente toma o poder. (...) Como mostrou Emilio Gentile na sua massiva história do Partido Nacional Fascista, Mussolini usou o exemplo e o sucesso inicial de D’Annunzio e as vitórias do esquadrismo no Vale do Pó para sua ascensão ao poder”.¹⁸

Sob o mito do “Lênin da Itália” criado em torno da figura de Malatesta encontrava-se uma incrível força de atração carismática muito difundida na sociedade italiana. Que esse elemento do carisma tenha sido estimulado pelo ambiente subversivo e revolucionário é o que mostra a exaltação mítica de Malatesta; e foi igualmente o elemento considerado central em muitas análises do fascismo. Assim, Cole se referiu a ele como uma “qualidade perigosa” engendrada pelo ambiente cultural do revolucionarismo italiano do pós-guerra,¹⁹ e Hughes definiu esse revolucionarismo como “um vigor adicional” que foi dado ao fascismo.²⁰ No mesmo sentido, Guido Dorso afirmou que o fascismo “nas vésperas da marcha sobre Roma, apresentava-se como uma amalgama informe de forças discordantes e contraditórias, reunidas pelo prestígio pessoal de um homem que, na imaturidade geral do país, conseguiu obter astutamente de quase todas as camadas da população uma promessa de confiança”.²¹ Portanto, uma forte cultura de *subversivismo* pós-guerra e uma onda carismática que lhe foi correspondente, parecem ter sido fatores decisivos para o desenvolvimento do fascismo.

A demonstração desse aspecto pode ser encontrada também no *corpus* doutrinário do fascismo. Quando Mussolini funda os *Fasci di Combattimento* em março de 1919, dizia em seu discurso de fundação, publicado no “*Il Popolo d’Italia*” em 24 de março de 1919, que os *fasci* deveriam ser uma minoria ativa procurando dividir o partido socialista

oficial do proletariado, e para isso era preciso “ir ao encontro do trabalho”. Segundo Mussolini, se examinado o programa dos *fasci* poder-se-á “encontrar analogias com outros programas; encontrar-se-ão postulados comuns aos socialistas oficiais, mas nem por isso eles são idênticos no espírito porque nós nos colocamos sobre o terreno da guerra e da vitória e é colocando-se sobre esse terreno que podemos cometer todas as audácias”.²² Já nas “Orientações teóricas. Postulados práticos dos *Fasci di Combattimento*” de 1920, pode-se ler que as linhas gerais de seu programa eram: a defesa da última guerra, a valorização da vitória, a resistência e a oposição às degenerações teóricas e práticas do socialismo politiqueiro, a isso acrescentava: “note-se: não oposição ao socialismo em si e por si – doutrina e movimento discutíveis – mas oposição às suas degenerações teóricas e práticas que resumem-se na palavra: bolchevismo”.²³ Os *fasci* também adotaram o “produtivismo”, declarando-se “tendencialmente favoráveis as formas (...) que garantem o máximo de produção e o máximo bem estar” e se disseram interessados pelo movimento operário e pelos proletários organizados que “sabem combinar a defesa da classe com o interesse da nação”, visto que os *fasci* não eram “*a priori* pela luta de classe nem pela cooperação de classe. Uma e outra tática deve ser empregada conforme as circunstâncias. A cooperação de classe se impõe quando se trata de produzir; a luta de classe ou de grupos é inevitável quando se trata de dividir. Mas a luta de classe não pode levar ao assassinato da produção”.²⁴

Piero Marsich, o “cão raivoso” do esquadrismo fascista, escrevia em 1921 que os dois problemas fundamentais com os quais o fascismo deve se defrontar são as relações entre Estado e sindicatos e a descentralização administrativa. Dizia que o aspecto mais preocupante da atual crise do Estado italiano era constituído pela sobreposição do sindicato ao Estado determinada por dois fenômenos históricos: de um lado, o prepotente espírito associativo que cada dia se afirma e invade

todas as manifestações da vida econômica e política, e de outro, o enfraquecimento das conexões estatais. “O sindicalismo hodierno é, portanto, eminentemente ‘anti-estatal’ e até mesmo ‘anti-nacional’. O sindicalismo de amanhã deve ser ‘estatal e nacional’”. Mas isso é possível?, pergunta Marsich.

Não é verdade que o sindicato seja um inimigo inconciliável do Estado. Ele é hoje violento e prepotente porque é o instrumento das demagogias políticas que o governam desastrosamente, ou porque o Estado atual, na sua impotência orgânica, não é capaz de frear e disciplinar o movimento sindical. É necessário: a) disciplinar o movimento sindical; b) abrir ao mercado as portas do Estado.²⁵

É assim que o Estado, não reconhecendo teoricamente e praticamente o sindicato, é obrigado a tolerar e a sancionar suas violências e ilegalidades. Porém, que nenhum dano poderá mais derivar após o Estado reconhecer as manifestações legais dos sindicatos.

Eis, portanto, delineada a tarefa do Estado de amanhã: reconhecer os sindicatos, dar a eles uma veste jurídica, tratá-los como sujeitos de direito, como titulares de direito e de deveres ao mesmo tempo, regular o instituto da responsabilidade sindical. O sindicato, parte integrante do Estado, não terá direito à greve nos serviços público, do contrário serão punidos como crime. Os chefes dos sindicatos deverão ser, politicamente e juridicamente, responsáveis por suas ações e pelos danos por ela produzidos.(...) Nenhum perigo, como muitos temem, no reconhecimento dos sindicatos; o perigo consiste no oposto, em tolerar seu alastramento sem reconhecê-lo. Assim disciplinados, assim reconhecidos, os sindicatos terão direito de participarem do poder do Estado.²⁶

Verdadeira obra de modernização do Estado, o fascismo coloca a necessidade de fechar as portas do sindicato aos politiquinhos de profissão para que a Itália pudesse desenvolver uma verdadeira “consciência sindical” e através da qual “o Estado sindical possa representar um progresso em relação ao Estado parlamentar”.²⁷ Sob esse aspecto, as críticas de Malatesta ao movimento operário encontraram

uma assombrosa confirmação. Recorde-se como nas vésperas da deflagração da guerra, Malatesta nutria em relação ao movimento operário uma crítica severa e uma atitude quase de hostilidade contra o sindicalismo. Não somente recusou as virtudes que se costumava atribuir ao sindicato, como afirmou estar “muito mais inclinado a acreditar, até certo ponto, que ele conduza naturalmente ao equilíbrio, ao acomodamento, à conservação e à consolidação dos privilégios sociais”. Defendeu a necessidade de grupos de propaganda para “impelir o movimento [operário] na direção desejada”. O movimento operário lhe aparecia como “uma das principais forças de que se dispõe para a revolução”, porém a possibilidade sempre presente da sua desvirtuação constituía ao mesmo tempo “um dos maiores perigos que ameaçam a revolução”.²⁸ Quando, por exemplo, James Guillaume, um dos velhos participantes ainda vivos da 1ª Internacional ao lado de Bakunin, defendeu em 1914 que o sindicato e o sindicalismo eram ao mesmo tempo meio e fim, Malatesta respondeu-lhe que seu desacordo era absoluto. “O sindicato é meio e fim! Mas qual sindicato? Também os sindicatos católicos? Os sindicatos amarelos? Também aqueles que querem acordos com os patrões?” Ao contrário, para Malatesta, uma vez excluída a influência anárquica do sindicato,

[...] a tendência natural dos operários será de contentarem-se com pequenas melhorias; ou de monopolizar privilégios para a própria categoria(...); ou de aceitar qualquer coparticipação nos ganhos do patrão; ou de constituírem-se em cooperativa ingressando no mundo comercial e capitalista – em suma, sempre o desejo de estar melhor possível na sociedade atual que eles(...) consideram como um fato *natural*, necessário e legítimo.²⁹

Anos mais tarde, no *Umanità Nova*, Malatesta divulgava o fato deplorável de que os telegrafistas de Genova reclamavam a exclusão das mulheres do trabalho, alegando que trabalhavam “somente para

comprarem para si perfumes, maquiagem, meias de seda”, enquanto milhares de pais de família encontram-se desempregados; com isso, exigiam os telegrafistas masculinos: “Fora com as mulheres!(...) Uma empregada não poderá nunca ser uma boa mãe de família; ou uma coisa ou outra, não é possível estar em dois lugares”.³⁰ Defendendo a liberdade inviolável das mulheres de recusarem “permanecer em casa como servas de seus senhores machos que muitas vezes retornam para casa bêbados e as espancam”,³¹ Malatesta dizia que era por essa realidade evidente que os anarquistas deveriam interessarem-se apenas mediocrementemente pela luta de classe e pelas lutas econômicas, sempre que elas “não assumissem reivindicações de ordem moral”.³² Insistia na necessidade de estar atento e de combater as práticas amplamente difundidas “nos estabelecimentos industriais que obrigavam os operários a se organizarem sob pena de não serem admitidos no trabalho”. Dizia que se tais práticas tiverem “êxito, delas resultará que a organização perderá todo conteúdo moral e toda consistência material. Os trabalhadores suportarão a organização como suportam tantas outras coisas, a odiarão como odeiam todas as coisas feitas pela força, se revoltarão e trairão quando a ocasião se apresentar”.³³ Se, de um lado, era possível “impor a adesão a todos e criar organizações mastodônticas”, de outro lado disso resultava que “ao primeiro ataque vigoroso do inimigo” elas se dissolveriam, permanecendo apenas alguns poucos convictos. “Os demais que estavam na organização vermelha pela força, também pela força passam para a organização fascista: ovelhas sempre”.³⁴

Desta forma, quando finalmente surgiu o fascismo, Malatesta não hesitou em atribuir à embriaguez sindicalista uma das causas principais do seu sucesso entre as classes trabalhadoras. Dizia que existiam

muitos trabalhadores para os quais o fascismo foi, a princípio, uma espécie de liberação (...). É inútil negar e é perigoso para o futuro não reconhecer: as organizações operárias estavam se tornando verdadeiras prisões. Recordo como em Milão a Câmara do Trabalho queria tornar obrigatória a filiação a uma organização, negando o direito de trabalhar a quem não tivesse no bolso uma identidade sindical. Essa tentativa teve pouco sucesso porque *Umanità Nova* protestou e os anarquistas resistiram; mas aquilo que não foi possível em Milão, se fez correntemente em outras partes da Itália onde, por meio de intimidações, boicotes e também perseguição, obrigava-se os trabalhadores a ingressarem nas ligas e a fazer a vontade (e geralmente o interesse) dos seus chefes. *Umanità Nova* advertia então que a inscrição obrigatória nas organizações não somente violava o inviolável princípio de liberdade, mas introduzia no movimento operário um germe de dissolução e de morte.³⁵

Com extrema lucidez, Malatesta afirmou que se o fascismo pôde “crescer e ampliar-se nas regiões mais ‘vermelhas’ da Itália,(...) foi, sobretudo, porque ele tomou de surpresa a massa operária desorientada e habituada a um revolucionarismo verbal que desembocava sempre nas lutas da farsa eleitoral”.³⁶ O fascismo aparece como o reverso de uma mesma prática autoritária e como reação aos abusos de poder e às prepotências perpetradas pelos socialistas e sindicalistas contra o movimento operário. A sindicalização forçada além de violar, dizia Malatesta, suprimia “todo incentivo nas organizações de fazer propaganda para obtenção de adesões conscientes e voluntárias, tornando as organizações repletas de pessoas descontentes, aderidas obrigatoriamente e que se constituíam em potenciais traidores”. Essa previsão encontrou confirmação no fascismo.

Nas regiões precisamente onde, pelo boicote e pela violência de todos os gêneros, se obrigava os trabalhadores a se inscreverem nas ligas, nas regiões onde não era possível trabalhar a não ser com a permissão do *chefe da liga*, ali o fascismo encontrou maior força e também um simulacro de justificação para as suas expedições infames. O fascismo exagerou o erro das “ligas vermelhas” organizando as pessoas pela força.³⁷

Esse estado de ânimo é ainda mencionado por Fabbri na sua análise do fascismo. Segundo ele, não somente a burguesia, mas numerosas categorias de pessoas sofriam a hostilidade socialista por coisas pequenas e banais, mas que somadas, acabavam criando

em torno do movimento operário um estado de espírito de irritação, uma opinião pública melancólica e fatigada. Os assédios, as alusões, as zombarias, as ameaças vagas feitas por operários e operárias nas ruas ou nos bondes contra aqueles que passavam por – e frequentemente não o eram – *burgueses*; o ar de vigilância e de controle que davam a si mesmos os operários que ocupavam certas funções nas administrações públicas socialistas; a derrisão para com as ideias e os símbolos diferentes ou opostos àqueles socialistas; a hostilidade manifesta contra certas categorias de pessoas conhecidas por terem sido a favor da guerra (estudantes, oficiais etc.), tudo isso indispôs amplas correntes da opinião pública.³⁸

Fabbri faz referência a um “lento suplício de hostilidades imprecisas, impessoais, difusas e fugidias”, que muitas vezes escapavam aos limites estabelecidos pelos chefes e pelas organizações socialistas, mas que foram se acumulando lentamente e “aumentando o sentimento de mal estar entre todos os que não eram considerados próximos dos socialistas ou que não estavam formalmente enquadrados em suas fileiras”.³⁹ Irritava e provocava particularmente o mau humor geral as constantes greves lançadas simplesmente na intenção de provar a força de um determinado partido sobre os outros ou realizadas por pretextos variados e pouco sérios. “O que mais cansava era a paralisação imprevista dos serviços públicos mais importantes, seja por pequenos interesses, seja por fatos ainda mais derrisórios: em razão de uma reunião, comemoração, ou... porque se pisou no pé de certo organizador! Não exagero! Certas interrupções do serviço de bondes, correios, telégrafos etc., eram absolutamente injustificadas”.⁴⁰ Fabbri narra uma ocasião em que o serviço dos bondes foi paralisado em razão do transporte de material bélico pouco importante que seguia em direção oposta à fronteira, ou porque se transportava oito ou dez policiais que

estavam sendo transferidos por motivos de serviço. “Era como colocar fogo num celeiro para ascender um cigarro! Faltava o senso de proporção entre causa e efeito e a desproporção alimentava de maneira indescritível a hostilidade contra o movimento operário”.⁴¹

Outro aspecto que fomentou o estado de animosidade geral foi constituído pelos numerosos *meetings* públicos. No período da guerra em que certas interdições tornaram-se muito rigorosas e em que, sobretudo, o militarismo e seus efeitos disciplinares atingiam uma grande parte da população, era necessário um estado constante de agitação para se contrapor a situação. A guerra acabou, mudanças políticas tornaram menos rígido as condições de vida, mas, ao contrário, os *meetings* se fizeram cada vez mais constantes e serviram apenas para transformar “em um verdadeiro furor irreprimível a irritação das forças da ordem (policiais, guarda real, soldados) que encontravam-se continuamente em serviço, frequentemente dia e noite sem interrupção, enviados aqui e ali, sofrendo continuamente o desprezo da multidão”.⁴² Existe certamente uma animosidade necessária, lógica e conseqüente contra as funções antipáticas exercidas pelas forças da ordem sobre os movimentos políticos; porém, diz Fabbri, “não significa que se deva, fora dos casos excepcionais, também sistematicamente e inutilmente, irritar pela palavra, pela escrita, por insultos e desprezos, os homens da força pública”.⁴³ Para Fabbri, nessa atitude equivocada “dos revolucionário é preciso procurar uma parte das razões pelas quais hoje as forças da ordem são também solidárias e cúmplices do fascismo, e isso a ponto de desobedecerem com seus excessos as ordens dos comissários e as circulares dos ministros”.⁴⁴

Foi esse ambiente que nutriu o fascismo: de um lado, a disciplina de partido que introduzia nos sindicatos e no movimento operário uma organização autoritária e rígida, em um contexto fortemente revolucionário; de outro, um forte estado de animosidade cada vez mais

alimentado e reforçado entre os diferentes segmentos sociais, agravado pela guerra e convergindo especialmente contra o socialismo. De alguma maneira, a combinação desses elementos heterogêneos produziu um *modo de vida fascista*, em seguida fomentado e instrumentalizado por diversas forças conservadoras, até tornar-se regime político. Esse *modo de vida* Malatesta considerou “o maior e o verdadeiro mal realizado pelo fascismo”: o fato de ter revelado “a baixeza moral na qual se caiu depois da guerra e da superexcitação revolucionária dos últimos anos”. Não lhe parecia possível explicar de outro modo o quase inacreditável suplício da liberdade, da vida e da dignidade das pessoas pela ação de outras pessoas

É humilhante(...) pensar que todas as infâmias cometidas não tenham produzido na multidão um senso adequado de rebelião, de horror, de desgosto. É humilhante para a natureza humana a possibilidade de tanta ferocidade e de tanta velhacaria. É humilhante que homens, chegados ao poder apenas porque(...) souberam esperar o momento oportuno para tranquilizar a burguesia temerosa, possam encontrar o consenso(...) de um número de pessoas suficiente para impor a todo o país a própria tirania. Por essa razão, a rebelião que esperamos e evocamos deve ser, antes de tudo, uma rebelião moral: a revalorização da liberdade e da dignidade humana.⁴⁵

De modo significativo, Malatesta estabelece o modo de vida fascista como princípio de inteligibilidade para compreender o fascismo; modo de vida que prefigurou nos ambientes revolucionários, sobretudo, no movimento operário. É dele que provem a principal força de adesão que o fascismo encontrou nos ambientes operários, socialista, sindicalista e também, ainda que com menor intensidade, anarquista. Segundo Malatesta, o apelo e a prática da violência pela maior parte dos revolucionários não estava “entre as últimas causas que tornaram possível o fascismo”.⁴⁶ Ao reivindicar demasiadamente a violência nas lutas revolucionárias, o resultado foi que “quando se apresentaram violentos providos de força adequada ou de audácia suficiente, não se encontrou nem resistência física, nem condenação moral”. De acordo

com Malatesta, era frequente ouvir dos “subversivos” a afirmação segundo a qual “não há nada o que condenar nos fascistas porque, caso pudessem, fariam no seu lugar pior contra os burgueses do que os fascistas fazem contra os proletários”.⁴⁷ Houve mesmo quem sustentasse que “os fascistas ensinaram como fazer a revolução”.⁴⁸ Malatesta percebia no domínio dos valores “a razão fundamental pela qual o fascismo pôde triunfar e continua predominando”, graças, sobretudo, a ausência de “revolta moral contra o abuso da força bruta, contra o desprezo da liberdade e da dignidade humana, que são as características do fascismo. Muitos, mesmo entre suas vítimas, pensaram: nós faríamos o mesmo se tivéssemos a força. E naturalmente muitos que assim pensavam sentiram-se atraídos para o lado onde estava, ou parecia estar, a força”.⁴⁹

Na sua análise do fascismo Malatesta conferiu à subjetividade fascista um valor preponderante. Destacou três aspectos entre as razões da vitória fascista: o fascismo venceu porque teve o apoio financeiro da burguesia e o apoio dos vários governos que se serviram dele contra a ameaça do movimento operário. O fascismo venceu porque encontrou uma população esgotada, desiludida e entorpecida por cinquenta anos de propaganda parlamentar. Mas, sobretudo, o fascismo venceu:

porque suas violências e seus delitos encontraram certamente o ódio e o espírito de vingança em quem os sofria, mas não suscitaram a reprovação geral, a indignação, o horror moral.(...) E, infelizmente, não pode haver retomada material sem antes haver revolta moral. Falemos francamente, ainda que seja doloroso constatá-lo. Fascistas existem também fora do partido fascista, existem em todas as classes e em todos os partidos: existem por toda parte pessoas que ainda não sendo fascistas, e até mesmo sendo antifascista, têm, no entanto, o ânimo fascista, o mesmo desejo de supremacia que distingue os fascistas. Ocorre, por exemplo, encontrar homens que se dizem e se creem

revolucionários ou até mesmo anarquistas que, para resolver uma questão qualquer, afirmam furiosos que agiriam fascistamente,(...) como camorrista ou policial. Infelizmente é verdade: pode-se agir, e muito frequentemente age-se, fascistamente sem ter a necessidade de se inscrever entre os fascistas: certamente, não serão esses que agem assim ou que se propõem agir fascistamente, que poderão provocar a revolta moral e o senso de repugnância que matará o fascismo.⁵⁰

Se o fascismo venceu não foi simplesmente porque conquistou o poder político; a vitória do fascismo está menos no fato de tornar-se regime político e muito mais em razão de ter encontrado em um número suficiente de pessoas, de ter encontrado nas massas populares, no movimento operário, entre os sindicalistas revolucionários, socialistas e mesmo entre anarquistas, a disposição para agir *fascistamente*. Em outras palavras, a vitória política do fascismo está no seu desenvolvimento e na sua extensão como modo de vida. É a vitória *moral* do fascismo que, para Malatesta, deve afligir e impressionar os anarquistas. Quanto a sua vitória *política*, quanto ao fato de ter sido proclamado regime, isso tem importância apenas secundária.

[...] segundo nossa opinião, tem pouca importância o prejuízo político e econômico que o fascismo trouxe – e pode até mesmo ser um bem na medida em que coloca a nu, sem máscaras e hipocrisias, a verdadeira natureza do Estado e do domínio burguês. Politicamente o fascismo no poder, mesmo com formas bestialmente brutais e modos risivelmente teatrais, no fundo não faz nada que não tenham feito sempre todos os governos: proteger as classes privilegiadas e criar novos privilégios para os seus partidários. Demonstra também aos mais cegos, que gostariam de acreditar nas harmonias naturais e na missão moderadora do Estado, como a origem verdadeira do poder político e o seu meio essencial de vida é a violência brutal – “o santo *manganello*”.⁵¹

Sobre esse ponto gostaria de chamar atenção para a inovação que Malatesta introduz na sua análise do fascismo e que a distinguirá das análises tradicionais da época. Assim, por exemplo, segundo o

mazziniano De Ambris, o desenvolvimento do fascismo deveu-se à adesão de uma pequena burguesia agrária profundamente conservadora e responsável por ter alterado completamente sua fisionomia política.

O programa originário do movimento foi completamente desnaturado por restrições infinitas: a direção republicana torna-se apenas uma tendência sempre mais vaga; a expropriação parcial da burguesia, o direito à terra dos camponeses ex-combatentes aprovado no último congresso fascista, a constituição de corpos legislativos destinados a representarem diretamente as classes produtoras, tudo isso não passou, finalmente, de simples abstração a ser esquecida definitivamente.⁵²

Para De Ambris, a burguesia representada por Giolitti soube transformar o fascismo revolucionário em instrumento de reação ao armá-lo e torná-lo mais combativo. Do mesmo modo o biógrafo de Mussolini, Guido Dorso, afirmou que “o movimento fascista surgido em 1919 em concorrência com a revolução bolchevique, com programa revolucionário e anti-plutocrático, em 1921-22 se deixa encapuzar pelos interesses capitalistas”.⁵³ Para ambos os autores, a natureza original do fascismo aparece de alguma maneira falseada pela burguesia e pelo capitalismo. Tem-se, portanto, um tipo de análise que retira sua inteligibilidade em grande medida dos aspectos econômicos. Diferentemente, Hayek considerou a invasão de certos hábitos políticos na vida dos indivíduos como tendo sido introduzidos pelo socialismo, mesmo antes do fascismo e do nazismo, tanto na Itália quanto na Alemanha. A imagem de um partido político abraçando todas as atividades do indivíduo, do seu nascimento até sua morte, reclamando o direito de conduzir sua consciência e de orientar suas opiniões sob quase todos os aspectos e problemas, essa imagem, diz Hayek, foi operada primeiramente pelos socialistas.

Não foram os fascistas, mas os socialistas que começaram a reunir as crianças, desde a mais tenra idade, em organizações políticas para assegurarem que seriam bons proletários. Não foram os fascistas, mas os socialistas que tiveram a primeira ideia de organizar esportes e jogos, disputas de futebol e torneios, em círculos de partido nos quais os aderentes não estivessem infectados pela opinião dos outros. Foram os socialistas os primeiros a insistirem para que os membros do partido se distinguissem dos outros pelos modos de saudação e nas fórmulas adotadas no desenrolar do discurso. Foram eles quem, mediante a organização de “células” e dispositivos para a vigilância contínua da vida privada, criaram o protótipo do Estado totalitário. *Balila e Hitlerjuged* [as juventudes fascistas e hitleristas], *Dopolavoro* e *Kraft durch Freude* [termos para designar a recreação após o trabalho], uniformes políticos e formações militares de partido, são pouco mais que imitações de instituições socialistas mais antigas.⁵⁴

Assim, na análise neoliberal não houve falseamento burguês da origem primeira do fascismo que o teria direcionado contra o socialismo. O fascismo aparece como a consequência de algum modo inevitável de um tipo de experiência social extremamente controlada, estabelecida e desenvolvida antes do fascismo pela política socialista. A esse respeito, Michel Foucault mostrou como a crítica neoliberal, especialmente de Hayek e Röpke, ao refletir sobre as experiências nazi-fascistas identificou uma espécie de invariante antiliberal localizável em regimes políticos muito díspares entre si: o nazismo alemão, o parlamentarismo inglês, o comunismo soviético, a democracia americana. Em todos esses regimes, segundo os dois autores, encontra-se uma invariante econômico-política impermeável e indiferente às suas expressões ideológicas divergentes. Essa invariante teria sido responsável por provocar na prática efeitos e consequências idênticos.

Assim, tanto o plano Göring alemão quanto seus rivais, os planos Beveridge, New Deal, quanto a planificação stalinista quinquenal, colocaram em prática o mesmo tipo de dirigismo ou de intervencionismo governamental na economia. A consequência do dirigismo econômico, esses diferentes regimes produziram os mesmos efeitos políticos práticos: o crescimento indefinido do poder estatal sobre a sociedade na

forma de um Estado de polícia. Em outras palavras, produziram na prática uma ditadura e um estatismo galopante que colocou em risco a própria destruição da sociedade. Portanto, para os neoliberais o problema do fascismo está no crescimento indefinido do poder estatal, no *Grande Fascismo*, isto é, no excesso de Estado sob a forma do Estado de polícia cuja violência

[...] abole todas as garantias do Estado de direito e que constitui em partido único a minoria que a sustenta atribuindo-lhe amplas funções públicas e legislativas e não tolerando, em todos os âmbitos da nação, grupos, atividades, opiniões, associações, religiões, publicações, escolas ou negócios independentes da *vontade do governo*.⁵⁵

A partir dessa análise centrada na crítica ao dirigismo nazi-fascista-comunista-keynesiano, os neoliberais, segundo Foucault, tornaram aceitável seu objetivo: “a formalização geral dos poderes do Estado [de direito] e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado”.⁵⁶ E será nesse momento que o Estado de direito, contraposto ao Estado de polícia produzido naqueles países pelo dirigismo econômico, aparecerá como alternativa viável, positiva e desejável. Assim, por meio do Estado de direito “os liberais encontraram a maneira de renovar o capitalismo”.⁵⁷ Trata-se de uma análise cuja inteligibilidade é centrada no aspecto *político-jurídico*.

Como vimos anteriormente, na análise malatestiana o aspecto dominante não é nem econômico, nem político-jurídico, mas *ético-político*. Significativamente, Malatesta percebeu como “invariante” fascista não o dirigismo estatal, como fizeram depois dele os neoliberais, mas o modo de vida fascista ou a disposição para agir *fascistamente* encontrada nas diversas tendências do *soversivismo* italiano do começo do século XIX. Na percepção de Malatesta, o perigo do fascismo estava na generalização do seu modo de vida e não na “compressão” do Estado de direito por um Estado de polícia. Assim, para Malatesta o problema da análise não

consistia no *Grande Fascismo* como fascismo de Estado, mas nos *microfascismos* cotidianos. Além disso, não é verdade que o modo de vida fascista foi uma invenção recente; foi produto do amálgama de uma longa tradição política burguesa introduzida no movimento operário. Para Malatesta, o “ânimo fascista”, o “desejo de supremacia” propriamente fascista, não foi uma invenção socialista ou anarquista, mas efeito da disciplinarização do movimento operário pelo Estado liberal.⁵⁸ O fascismo teria sido o modo pelo qual o Estado liberal conquistou uma base de massas para superar sua crise de legitimidade; uma conquista realizada menos por meio da repressão e mais por processos de subjetivação. Neste sentido, o fascismo pode ser lido como uma tecnologia de subjetivação das massas cujo alimento principal foi a espessa atmosfera subversiva que se respirava na Itália desde Mazzini, passando por Garibaldi, até chegar aos movimentos socialista e anarquista.

Na análise de Malatesta, portanto, o modo de vida fascista ou os microfascismos aparecem como as condições de possibilidade para o Fascismo de Estado. Está em jogo na sua análise o que se poderia chamar de uma *interpretação analítica* e uma *proposição micropolítica* que pode ser perfeitamente aproximada à crítica de Félix Guattari. Semelhante a Malatesta, para Guattari o fascismo não é o que reprime o desejo, é um agenciamento do desejo, um modo de organização da libido. O fascismo é certa determinação para que os indivíduos exerçam seus desejos, e não para que reprimam. É este tipo de explicação do fascismo como estruturador do desejo que constitui uma micropolítica. Então, em vez de realizar comparações redutoras como, por exemplo, reduzir o fascismo ao socialismo, para Guattari importa “[...] desvendar as componentes que fizeram funcionar essa ou aquela fórmula de poder.[...] Seria interessante distinguir as diversas máquinas de desejo que entram

em sua composição. E a gente perceberia, então, que não dá para se contentar em ver as coisas com tanta distância assim.”⁵⁹

A interpretação analítica produz uma molecularização do objeto de estudo. É neste sentido que, ao contrário da análise neoliberal, para Malatesta o fascismo no poder, o regime fascista ou o *Grande Fascismo*, não poderia ser diferente dos regimes liberais precedentes, visto que sua ascensão deveria implicar na normalização da sua dimensão esquadrista. Em outras palavras, o fascismo no poder não seria pior que o liberalismo – não por incapacidade, mas por impossibilidade: para tornar-se poder político o fascismo seria obrigado a modernizar-se, isto é, perder sua natureza esquadrista para legitimar-se. Está em jogo na análise de Malatesta a crítica da ideia de legitimidade que, como é sabido, é o elemento responsável por tornar duradoura qualquer dominação.⁶⁰ Para os neoliberais se a violência no fascismo é condenável não o é como instrumento legítimo nas mãos do Estado, mas como violência ilegítima na medida em que suprime o Estado de direito e as garantias contra o dirigismo e o intervencionismo econômico do Estado fascista. Para Malatesta é precisamente pelo fato do movimento fascista só poder existir com suas desmedidas, arbitrariedades e disparidades que lhe é impossível o grau de legitimidade do Estado liberal. O fascismo, ao contrário, provoca a exaustão do Estado ao habituar “os cidadãos a defenderem por si suas pessoas e coisas”. É por essa razão, diz Malatesta, que

os principais dirigentes do fascismo gostariam de renunciar à violência bruta, que reclamaram até ontem, para transformarem-se em um partido legal com programa específico, ainda que permanecendo na órbita das instituições monárquicas e capitalistas, que o diferencie dos outros partidos constitucionais.⁶¹

Malatesta produz uma inversão paradoxal da crítica neoliberal. Em março de 1922 dizia preferir “a violência desenfreada à repressão legal, a

desordem [fascista] à ordem burguesa, a licença à tirania... em uma palavra, os fascistas aos *carabinieri*.[...] Nos parece natural, como anarquistas, recusar principalmente tudo o que serve para dar autoridade, prestígio, força ao Estado, e considerar bom isso que desacredita e enfraquece o Estado”.⁶² Assim, sob o perigo do fascismo, Malatesta entrevia outro perigo considerado ainda maior: era o fato da luta contra o fascismo “induzir os ‘subversivos’ a evocar o domínio da lei... daquela lei que é precisamente a causa primeira do mal, da lei que nos desarma, nos amarra e nos deixa indefesos contra os golpes dos inimigos”.⁶³

Por ser somente capaz de produzir um tipo de dominação legitimamente precária e instável, centrada quase que exclusivamente na reverência pessoal de seu *Duce*, o fascismo se torna politicamente frágil, apesar do seu terror. Desse ponto de vista, melhor o movimento fascista que provocava o “descrédito e a decadência do princípio de autoridade”, do que um Estado liberal consolidado pelo consenso.⁶⁴ Certamente, é preciso destruir o fascismo; porém, era preciso fazê-lo “diretamente, com a força do povo, sem invocar a ajuda do Estado, de maneira que o Estado não resulte reforçado, mas tanto mais desacreditado e enfraquecido”.⁶⁵ De outro modo, diz, seria simplesmente “ridículo pedir ao Estado a supressão do fascismo, quando é notório que o fascismo [...] não teria podido nascer e viver um dia sem a proteção e a ajuda da polícia e que não será suprimido, voluntariamente, pelo governo a não ser quando sentir-se suficientemente forte para proceder de outro modo”.⁶⁶ Portanto, nenhuma indulgência para com o fascismo; mas é preciso ter a clareza que ele cumpre a função política de

milícia irregular da burguesia e do Estado que, em determinado momento, fez, faz ou fará aquilo que o governo não pode fazer sem renegar a lei e revelar de modo demasiado aberto e perigoso sua natureza. Ninguém colocará em dúvida o nosso vivo desejo de ver debelado o fascismo e a nossa vontade firme de concorrer, como podemos, para debelá-lo. Mas nós não queremos abater o fascismo para substituí-lo por qualquer coisa de pior, e pior que o fascismo seria a

consolidação do Estado. Os fascistas agridem, incendiam, assassinam, violam toda liberdade, esmagam da maneira mais ultrajante a dignidade dos trabalhadores. Mas, francamente, todo o mal que o fascismo fez nesses últimos dois anos, e que fará no tempo que os trabalhadores o deixarem existir, é comparável ao mal que o Estado fez, tranquilamente, normalmente, durante infinitos anos, e que faz e fará até quando continuar existindo? ⁶⁷

Um aspecto significativo na análise de Malatesta acerca do fascismo é sua recusa dos efeitos de majoração institucional da democracia e do Estado de direito, isto é, da renovação de sua legitimidade. O fascismo servia para “dar virgindade ao sistema parlamentar” e renovar a autoridade do governo sob a forma democrática.

[...] os governos ditatoriais [...] estão fazendo da já exaurida “democracia” uma espécie de nova virgem. Por isso vemos velhos defensores do governo, habituados a todas as más artes da política, responsáveis por repressões e por massacres contra o povo, fingir serem [...] homens de progresso, procurando assegurar o próximo futuro em nome da ideia liberal. E, dada a situação, poderão até mesmo conseguir. ⁶⁸

A análise de Malatesta era realista. Com efeito, se o fascismo nasceu como fenômeno urbano de base *esquadrista* cuja principal característica era as chamadas “expedições punitivas”: o deslocamento de esquadras fascistas armadas para determinadas regiões com grande influência socialista e anarquista, com o objetivo de devastar e incendiar as organizações operárias e assassinar os líderes, sem que as autoridades locais intervissem ou, o que era frequente, contando com seu apoio. Todavia, rapidamente essa dimensão esquadrista torna-se incompatível com a organização do Estado. Aspecto particularmente visível quando Mussolini adota como premissa do regime não apenas a supressão dos partidos de oposição, mas também a liquidação política do próprio movimento fascista e sua conseqüente normalização por meio do PNF, Partito Nazionale Fascista.

Entre outros inconvenientes ao regime, o mais grave era que o esquadrismo provocava a guerra civil e colocava em perigo a estabilidade política. O que se tornou evidente com o surgimento dos *Arditi del Popolo*: milícias populares organizadas para combater o esquadrismo. De acordo com Di Lembo, os *arditi* consistiam em “uma verdadeira e própria organização militar, dividida em seções de pelo menos um batalhão de 40 homens, divididos em repartições de 10, com um comando (eletivo) em cada província e um comando geral em Roma”.⁶⁹ Os *arditi* encontraram nos anarquistas, se não os únicos, ao menos fortes aliados, especialmente após a moção de apoio aprovada pelo congresso de Bolonha em julho de 1920, que dispunha em “apoiar os *arditi* seja no plano teórico, seja no plano da luta efetiva, mas mantendo a própria especificidade anárquica”.⁷⁰ Temendo o recrudescimento da guerra civil, Mussolini assina em agosto de 1921 um *Pacto de Pacificação* com o Partido Socialista Italiano, no qual o PSI se obrigava a negar “qualquer relação com os *arditi*, rompia a solidariedade com as esquerdas também no plano da defesa contra os fascistas e abandonava as outras formações à repressão estatal e às violências extralegais”.⁷¹

Curiosamente, Mussolini é desobedecido por seus soldados em um episódio que foi considerado a crise do fascismo. Ao se reportar a esse “triste espetáculo de indisciplina fascista”, o *Duce* solicitou o enfileiramento dos insubordinados dizendo que “com o pacto de Roma, o fascismo podia modificar de forma tendencial, quando possível, o caráter das suas ações; demonstrar não somente a superioridade pugilista ou bombardeira, mas sua superioridade cerebral e moral”.⁷² Atento a esse episódio de desobediência ao *Duce*, Malatesta referiu-se a ele em uma patética descrição feita em dezembro de 1922:

Que reflita sobre isso o *onorevole* Mussolini. Certas coisas Napoleão não as deixariam fazer debaixo do próprio nariz. Porém, é verdade que aquele era o verdadeiro Napoleão, e não uma imitação de barro! Mas é inútil prevenir Mussolini. O pobrezinho faz o que pode; logo deverá dar-se conta que não basta esbugalhar os olhos e imitar o ogro para ser obedecido e constituir um Estado forte. (...) Mussolini, líder-delinquente e conquistador, poderá manter-se no poder o tempo necessário para saciar os apetites dos seus principais colaboradores, mas não poderá fazer nada de mais.⁷³

Malatesta estava convencido de que o fascismo, na sua versão esquadrista, ao produzir uma situação política pautada pela guerra civil generalizada, era incapaz de estabelecer-se como regime político duradouro sob pena de “dissolver a vida social e de tornar impossível a própria vida material”. Em todo caso, sabia igualmente que o reestabelecimento da ordem liberal “não seria outra coisa que o retorno às condições anteriores à guerra, isto é, a um estado de opressão temperada, duradouro porque suportável”.⁷⁴ Por isso, a ditadura, seja ela fascista ou não, era perigosa especialmente porque fazia “desejar a democracia, provoca seu retorno e com isso tende a perpetuar essa oscilação da sociedade humana entre uma franca e brutal tirania a uma pretensa liberdade falsa e mentirosa”.⁷⁵

É neste ponto que a crítica de Malatesta pode ser vista arruinando a estratégia neoliberal de conferir positividade ao Estado de direito. Da sua análise comparativa entre Estado fascista e liberal, resulta a paradoxal posição segundo a qual “entre o parlamentarismo que se aceita e celebra como se fosse uma meta intransponível, e o despotismo que se suporta porque se é forçado com o espírito absorto pela desforra, é mil vezes melhor o despotismo”.⁷⁶ Porém, trata-se de uma atitude que não deve ser confundida com “quanto pior melhor”; não é catastrofismo ingênuo nem lirismo radical. Adversário irredutível do regime parlamentar e democrático, Malatesta não considerava menos absurda a ditadura.

Sei, todos os anarquistas sabem, que a liberdade e as garantias constitucionais valem pouquíssimo para a maioria e quase nada para os pobres. Mas não gostaria, por isso, fazer-me defensor do governo absoluto. Conheço, por exemplo, os erros que se cometem nas delegacias de polícia e nas casernas da Itália; conheço toda infâmia dos métodos vigentes da Instrutoria Penal, mas nem por isso gostaria do estabelecimento oficial da tortura e das execuções sem processo.⁷⁷

Considerava igualmente absurdo sustentar que todos os governos se equivalem.

Não existe, na sociedade como na natureza, nada que seja perfeitamente equivalente. Não somente existe diferença entre uma forma de governo e outra, entre um ministério e outro, mas também entre um carrasco e outro; e essas diferenças têm sua influência, boas ou ruins, sobre a vida atual dos indivíduos e da sociedade, como sobre o curso dos eventos futuros.⁷⁸

Tampouco tinha alguma dúvida de “que a pior das democracias é sempre preferível, *exceto do ponto de vista educativo*, à melhor das ditaduras. Claro, a democracia, o assim chamado governo do povo é uma mentira, mas a mentira sempre compromete um pouco o mentiroso, limitando seu arbítrio; claro, o “povo soberano” é um soberano de comédia, um escravo com coroa e cetro de papel, mas o fato de se crer livre, mesmo sem sê-lo, vale sempre mais que saber-se escravo e aceitar a escravidão como coisa justa e inevitável”.⁷⁹

Todavia, nada disso deveria impedir de perceber na democracia um elemento que a tornava potencialmente perigosa e mais liberticida que a pior das ditaduras: o reconhecimento de sua legitimidade. Se a ditadura era tirania declarada, a democracia, dizia, “é a tirania mascarada, provavelmente mais danosa que uma franca ditadura, porque dá às pessoas a ilusão de estar em liberdade e, portanto, tem a possibilidade de durar mais”.⁸⁰ Por isso, não se deve tomar como perspectiva os graus de

violência que podem existir entre democracia e ditadura ou a maior ou menor liberdade que cada um desses regimes é capaz de garantir. “Um governo estabelecido, fundado no consenso passivo da maioria, forte pelo número, pela tradição, pelo sentimento, [...] pode conceder qualquer liberdade”.⁸¹ Do mesmo modo, o governo que se sente “verdadeiramente forte, moralmente ou materialmente, pode desdenhar do recurso à violência”.⁸² Porém, ao contrário, “mais um governo será fraco quanto maior for a resistência que ele encontra no povo”.⁸³ A liberdade ou a violência de um governo estão em razão direta com a força de resistência que os governados são capazes de opor, não são atributos do Estado de direito. Desse modo, entre Constituinte e Ditadura existe simples diferença de grau. “A ditadura é capa de chumbo: é a supressão aberta, descarada de toda liberdade, contra a qual não existe outra resistência que a conspiração e a revolta armada. (...) A constituinte, em razão do confronto e da luta entre os partidos, tem necessidade [...] de apelar ao consenso da maioria, de levar em conta a corrente de opiniões que se agita entre as massas populares e por isso pode deixar aberta espirais à liberdade”.⁸⁴ Não obstante, é preciso ter sempre presente que a constituinte é também “o meio pelo qual as classes privilegiadas recorrem quando não é possível a ditadura”. Em suma, se “a ditadura oprime e mata”, “a constituinte adormece e sufoca”.⁸⁵

Foi neste sentido, que tão logo o fascismo instalara-se no poder, Malatesta escreveu:

toda hipocrisia, toda ilusão foi banida: o bom fascista agride, incendeia, extorque, assassina abertamente e com orgulho, é órgão sustentado pelo governo. Não existe mais equívoco. Entende-se agora que violência é autoridade, é governo, é tirania e que é coisa puramente acidental o fato de que o violento é vez ou outra amigo ou inimigo do policial, porque no fundo a moral dos dois é a mesma. E hoje acontece, com efeito, que os violentos, ainda não sendo fascistas, quando comentem uma prepotência, orgulham-se de agir *fascistamente*.⁸⁶

Era necessário olhar as coisas de modo a evitar a oposição, porém sem fazer as diferenças. Para Malatesta, os liberais “são dotados do senso de limite que os faz alheios a certos excessos que poderiam ser danosos à sua causa. Habitados ao domínio da sua classe a ponto de acreditá-lo justo, necessário e perpétuo, possuem aquela relativa moderação que resulta do sentimento de segurança. São, geralmente, na vida ordinária, pessoas educadas e corteses, e podem ser também subjetivamente honestos na medida em que acreditam sê-lo”. Já os fascistas “são soldados aventureiros recrutados pela alta burguesia. (...) refugos de todos os partidos, traidores sempre prontos à traição, gente habituada a ser comandada (...) e a vingar sobre os fracos as humilhações sofridas e provocadas pelos fortes, violentos por temperamento, não são contidos por nenhum escrúpulo moral e nenhuma exigência intelectual”. Mas, apesar disso:

[...] o fascismo, após [...] ter cometido excessos inauditos e crimes de todas as espécies, sente a necessidade [...] de aproximar-se das massas, de afagar a sua psicologia subversiva, inclusive de apostar tudo e tornar-se até mesmo revolucionário. O seu ‘duce’, mestre em relativismo e... versatilidade é capaz também, como o cão bíblico, de comer o próprio vômito!⁸⁷

E quase nos perguntamos se, em vista do futuro e da emancipação da massa oprimida, não convenha melhor o regime fascista que não pode durar e que, com os seus excessos e a “dança de São Vito” de que sofre seu chefe, conduz as instituições à ruína, em vez de um regime verdadeiramente constitucional que, com habilidade e moderação, poderia talvez, prolongar a vida das instituições.⁸⁸

Seria preciso ver nas análises de Malatesta sobre o fascismo o prelúdio da crítica ao Império da democracia de nossos dias. Sem dúvida, os totalitarismos engendraram uma *vontade de governo* que tornou possível às nossas democracias realizar com grande êxito a utopia fisiocrata do *self-government*. O desejo sempre mais acalentado de democracia retira ainda hoje seu alimento da má consciência ocidental: a imagem dos

arames farpados cortando os céus e da luz dos holofotes projetada sobre corpos esqueléticos continuará sendo, talvez ainda por muito tempo, o canto de sereia democrático. Hoje torna-se democrático quase sem o saber ou sabe-se com precisão aquilo que não é suficientemente democrático. A crítica malatestiana nos ajuda a compreender a genealogia dessa vontade de governo, bem como a evitar a fascinação que atravessou os últimos dois séculos e que tem conduzido os indivíduos invariavelmente da revolução para o *melhor* Estado, e do *bom* Estado para a Revolução.

Quando morreu no dia 22 de julho de 1932 aos 79 anos, a casa onde habitava Malatesta, em Roma, era vigiada por quatro policiais fascistas que jamais ousaram encostar-lhe o dedo, mas que o seguiu por toda parte. O fascismo não lhe permitiu funeral; o cortejo do corpo daquele que outrora fora aclamado como *Lênin d'Italia* foi acompanhado unicamente de sua companheira e afilhada, Elena Melli e Gemma Ramacciotti. Depois de sepultado, o fascismo plantou sobre sua tumba uma cruz e dois policiais. Malatesta continuou temido pelo regime mesmo depois de sua morte.

Notas

* Doutor e professor da Universidade Federal da Paraíba(UFPB). Email: nildoavelino@gmail.com.

¹ MANN, Michael. *Fascistas*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, 2008.

² PAXTON, Robert. *Anatomia do fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo. Paz e Terra, 2007.

³ Cf. SANTARELLI, Enzo. *Il socialismo anarchico in Italia*. Milão. Feltrinelli, 1973. p. 152.

⁴ MALATESTA, Errico. Movimenti stroncati [28/06/1922]. In:_____. *Scritti*. 2º vol. Umanità Nova e scritti vari 1919/1923. Carrara. Movimento Anarchico Italiano, 1975a. pp. 101-102.

-
- ⁵ DE AMBRIS, Alceste. L'evoluzione del fascismo. In: DE FELICE, Renzo (org.). *Il fascismo. Le interpretazioni dei contemporanei e degli storici*. Bari. Editori Laterza, 1998. p. 197.
- ⁶ COLE, George Douglas Howard. Socialismo e fascismo. In: DE FELICE, *Op. Cit.*, 1998. p. 667.
- ⁷ HUGHES, H. S. *La natura del sistema fascista*. In: DE FELICE, *Op. Cit.*, 1998. p. 681.
- ⁸ FINZI, Paolo. *La nota persona*. Errico Malatesta in Italia (dicembre 1919/luglio 1920). Ragusa: La Fiaccola, 1990. p. 65.
- ⁹ *Ibid.*, p. 69.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 76.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 78.
- ¹² NETTLAU, Max. *Errico Malatesta*. La vida de un anarquista. Tradução de Diego Abad de Santillán. Buenos Aires: Editorial La Protesta, 1923. p. 211.
- ¹³ MALATESTA, Errico. Grazie, ma basta [16/01/1920], *Op. Cit.*, 1975a. p. 251.
- ¹⁴ A expressão foi utilizada por BERTI, Giampietro. *Errico Malatesta e il movimento anarchico italiano e Internazionale (1872-1932)*. Milão. Franco Angeli, 2003. p. 645.
- ¹⁵ Apesar de anistiado, Malatesta encontrava-se impedido de deixar a Inglaterra pela recusa do Consul italiano em lhe conceder o passaporte sem o qual não poderia cruzar a fronteira francesa ou belga. Quando finalmente, após movimentos de protesto na Inglaterra, o Consul concede-lhe o documento, a polícia inglesa encarrega-se cuidadosamente de dissuadir toda embarcação que pretendesse transportar Malatesta: “Dirigi-me a muitos capitães de várias nacionalidades e com diferentes pagamentos, muitas vezes maiores que o preço normal do transporte; mas quando embarcava, devolviam-me o dinheiro” (*apud* Berti, *Op. Cit.*, p. 643). Foi então que Giuseppe Giulietti, líder da Federação dos Trabalhadores do Mar, membro do Partido Socialista italiano e amigo pessoal de Benito Mussolini, organiza o embarque clandestino de Malatesta em Cardiff.
- ¹⁶ LEVY, Carl. Charisma and social movements: Errico Malatesta and Italian anarchism. In: *Modern Italy*. Cambridge, v. 3, n° 2, 1998. p. 210.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 250.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 215.
- ¹⁹ COLE, *Op. Cit.*, 1998. p. 667.
- ²⁰ HUGHES, *Op. Cit.*, 1998. p. 682.
- ²¹ DORSO, Guido. La rivoluzione in marcia: il fascismo. In: DE FELICE, *Op. Cit.*, 1998. pp. 237-238.
- ²² *Apud* DE FELICE, Renzo. *Autobiografia del fascismo. Antologia di testi fascisti 1919-1945*. Turim. Einaudi, 2004. p. 16.
- ²³ *Ibid.*, p. 25.
- ²⁴ *Ibid.*, pp. 27-28.
- ²⁵ *Ibid.*, pp. 40-41.
- ²⁶ *Ibid.*, pp. 41-42.
- ²⁷ *Ibid.*, p. 42.

-
- ²⁸ MALATESTA, Errico. Intorno alla vecchia Internazionale. In: *Volontà*. Ancona, ano II, n° 11, 14/03/1914.
- ²⁹ *Idem*, Anarchismo e sindacalismo. In: *Volontà*, Ancona, ano II, n° 15, 11/04/1914.
- ³⁰ *Idem*, Lotta economica e solidarietà [31/08/1920]. In: _____. *Scritti*. Vo.l 1: Umanità Nova 1920/1922. Carrara. Movimento Anarchico Italiano, 1975b. pp. 134-135.
- ³¹ *Ibid.*, p. 136.
- ³² *Ibid.*, p. 138.
- ³³ *Idem*, L'organizzazione operaia [04/04/1920], *Op. Cit.*, 1975b. p. 45.
- ³⁴ *Idem*, Ancora sulla libertà di lavoro. Un caso di deformazione professionale [21/04/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 39.
- ³⁵ *Idem*, Sulla guerra civile [14/09/1921], *Op. Cit.*, 1975b. p. 225.
- ³⁶ *Idem*, Il 'partito' fascista [23/11/1921], *Op. Cit.*, 1975b. p. 293.
- ³⁷ *Idem*, La libertà del lavoro [15/04/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 27.
- ³⁸ FABBRI, Luigi. La contre-révolution préventive. In: MANFREDONIA, Gaetano. *Luigi Fabbri, le mouvement anarchiste italien et la lutte contre le fascisme*. Paris. Éditions du Monde Libertaire, 1994. p. 194.
- ³⁹ *Idem*.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 195.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 196.
- ⁴² *Idem*.
- ⁴³ *Ibid.*, p. 197.
- ⁴⁴ *Idem*.
- ⁴⁵ MALATESTA, Errico. Per la prossima riscossa [fev/1923], *Op. Cit.*, 1975a. pp. 257-258.
- ⁴⁶ *Idem*, Moral e violenza [21/10/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 192.
- ⁴⁷ *Ibid.*, p. 193.
- ⁴⁸ *Ibid.*, p. 200.
- ⁴⁹ *Idem*, Comunisti e fascisti [01/05/1924]. In: _____. *Scritti*. Vol. 3. Pensiero e Volontà e ultimi scritti 1924/1932. Carrara. Movimento Anarchico Italiano, 1975c. p. 59.
- ⁵⁰ *Idem*, Perché il fascismo vinse e perché continua a spadroneggiare in Italia [28/08/1923], *Op. Cit.*, 1975a. pp. 259-260.
- ⁵¹ *Idem*, Per la prossima riscossa [fev/1923], *Op. Cit.*, 1975a. pp. 256-257.
- ⁵² DE AMBRIS, *Op. Cit.*, 1998. p. 201.
- ⁵³ DORSO, *Op. Cit.*, 1998. p. 235.
- ⁵⁴ HAYEK, Friedrich August von. Socialismo e fascismo. In: DE FELICE, *Op. Cit.*, 1998. pP. 715-716.
- ⁵⁵ RÖPKE, Wilhelm. Il nazionalsocialismo come totalitarismo. In: DE FELICE, *Op. Cit.*, 1998. p. 725, grifos meus.
- ⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France, 1978-1979. Paris. Gallimard/Seuil, 2004. p. 121.
- ⁵⁷ *Ibid.*, p. 176.

-
- ⁵⁸ Um processo extraordinariamente descrito em FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. 22ª ed., trad. Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes, 2000.
- ⁵⁹ GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo. Brasiliense, 1985. p. 179.
- ⁶⁰ Cf. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva, v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: UNB, 2009.
- ⁶¹ MALATESTA, Errico. Il 'partito' fascista [23/11/1921], *Op. Cit.*, 1975b. pp. 293-294.
- ⁶² *Idem*, Il fascismo e la legalità [14/03/1922], *Op. Cit.*, 1975b. pp. 325-326.
- ⁶³ *Idem*, Sulla guerra civile [14/09/1921], *Op. Cit.*, 1975b. p. 226.
- ⁶⁴ *Idem*, La situazione [124, 28/05/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 68.
- ⁶⁵ *Idem*, Il fascismo e la legalità [14/03/1922], *Op. Cit.*, 1975b. p. 327.
- ⁶⁶ *Idem*.
- ⁶⁷ *Ibid.*, p. 326.
- ⁶⁸ *Idem*, Democrazia e anarchia [15/03/1924], *Op. Cit.*, 1975c. p. 45.
- ⁶⁹ DI LEMBO, Luigi. *Guerra di classe e lotta umana*. L'anarchismo in Italia dal biennio rosso alla guerra di Spagna (1919-1939). Pisa. BFS, 2001. pp. 129-130.
- ⁷⁰ BALSAMINI, Luigi. *Gli Arditi del Popolo*. Dalla guerra alla difesa del popolo contro le violenze fasciste. Salerno. Galzerano Editore, 2002. p. 201.
- ⁷¹ DI LEMBO, *Op. Cit.*, 2001. p. 131.
- ⁷² *Apud* DE FELICE, *Op. Cit.*, 2004. p. 85.
- ⁷³ MALATESTA, Errico. "Umanità Nova" occupata [02/12/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 210.
- ⁷⁴ *Idem*, A quelli che studiano e che lavorano (circular annunciate la pubblicazione di "Pensiero e Volontà", nov/1923), *Op. Cit.*, 1975c. p. 22.
- ⁷⁵ *Idem*, Democrazia e anarchia [15/03/1924], *Op. Cit.*, 1975c. pp. 46-47.
- ⁷⁶ *Idem*, MERLINO, Francesco Saverio. *Democrazia ou anarquismo? A célebre polémica sobre as eleições, o anarquismo e a ação revolucionária que apaixonou a Itália rebelde*. Trad. Júlio Carrapato. Faro. Edições Sotavento, 2001. p. 13.
- ⁷⁷ *Idem*, Un anarchico alle prese con se stesso. Intorno all'intervista con Herman Sandomirsky [04/05/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 51.
- ⁷⁸ *Idem*, Il governo migliore [05/07/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 113.
- ⁷⁹ *Idem*, Democrazia e anarchia [15/03/1924], *Op. Cit.*, 1975c. p. 46, grifos meus.
- ⁸⁰ *Idem*, Socialisti e anarchici [10/09/1921], *Op. Cit.*, 1975b. p. 221.
- ⁸¹ *Idem*, Nè democratici, nè dittatoriali: anarchici [06/05/1926], *Op. Cit.*, 1975c. p. 232.
- ⁸² *Idem*, Per la verità [01/10/1926], *Op. Cit.*, 1975c. p. 270.
- ⁸³ *Idem*, Il compito degli anarchici [set-out/1899]. In: _____. *Rivoluzione e lotta quotidiana*. Vicenza. Edizioni Antistato, 1982. p. 81.
- ⁸⁴ *Idem*, Costituente e dittatura [01/12/1924], *Op. Cit.*, 1975c. pp. 141-142.
- ⁸⁵ *Idem*, Una lettera a Luigi Bertoni [16/04/1929], *Op. Cit.*, 1975c. p. 358.
- ⁸⁶ *Idem*, Opinione popolare e delinquenza. Un effeto moralizzatore del fascismo [15/08/1924], *Op. Cit.*, 1975c. p. 103.

⁸⁷ *Idem*, Ancora sul collaborazionismo socialista [16/06/1922], *Op. Cit.*, 1975a. p. 81.

⁸⁸ *Idem*, L'anello Malatesta-Albertini [15/10/1924], *Op. Cit.*, 1975c. pp. 125-127.

Data de envio: 08/05/2013

Data de aceite: 15/05/2013